

Ocupação e escolaridade na Região Metropolitana de Porto Alegre

*Norma Herminia Kreling**

As modificações ocorridas nos processos produtivos a partir da introdução e da difusão de uma nova base técnica,¹ a microeletrônica, bem como de alterações organizacionais, têm provocado transformações estruturais na economia mundial. Além das mudanças econômicas, políticas e sociais, estabelecem-se novas formas de relação entre conhecimento e produção, modificando radicalmente o perfil da qualificação do trabalhador.

Com a diminuição dos níveis hierárquicos das novas formas de organização do processo produtivo, requer-se do trabalhador uma qualificação menos parcializada e mais abrangente. Ele deverá desenvolver habilidades para poder ser potencialmente autogerenciável, valorizar a comunicação em equipe, conhecer em profundidade sua área de atuação e, ao mesmo tempo, compreender mais amplamente o processo de produção. A dimensão da qualificação técnica do trabalhador, nesse novo contexto, está diretamente relacionada com a responsabilidade e a confiabilidade que ele deverá assumir no processo produtivo.

Exige-se, antes de tudo, um maior nível de escolaridade do trabalhador para a ampliação de novos conhecimentos e habilidades essenciais e para a integração ao processo produtivo. Faz-se necessário associar o nível de qualificação ao grau de escolaridade em todos os níveis da hierarquia ocupacional.

* Socióloga, Técnica da FEE.

A autora agradece aos colegas André Luiz L. Chaves, Calino F. Pacheco Filho, Denise Zaions, Irene M. S. Galeazzi, Isabel de S. Costa, Lúcia dos S. Garcia, Marilene D. Bandeira, Miriam De Toni (FEE/PED-RMPA), Sheila S. W. Sternberg e Walter Arno Pichler (FEE/NERT), pela leitura atenta e pelas sugestões à versão preliminar deste texto, eximindo-os de qualquer impropriedade. Agradece, ainda, a colaboração da estagiária Ana Paula Speroto e da bolsista Luciane Weber na programação e digitação das tabelas.

¹ Segundo Machado (1992, p.12) "(...) as inovações técnicas introduzem mudanças qualitativas que atingem os métodos de produção (...) trata-se de algo novo, que não modifica a essência do modo de produção capitalista, mas lhe traz novos contornos".

A formação escolar básica, privilegiando a educação geral² de primeiro e de segundo grau, aparece, portanto, como requisito fundamental na formação para o desenvolvimento do trabalhador, na oferta de conhecimentos básicos e essenciais, associados a habilidades cognitivas que levem a escola a ensinar a pensar e a aprender, ou seja, a desenvolver a competência de inserir-se criticamente numa sociedade tecnológica.

A nova realidade econômica mundial certamente trará consequências para a definição dos rumos a serem seguidos pelas economias periféricas.

“Isto porque, dentro das relações internacionais, são os países capitalistas avançados que não só definem o patamar tecnológico internacional, como monopolizam a criação das novas tecnologias e administram o poder tecnológico, restringindo o acesso àquelas e impondo condições para o mesmo. Os países dependentes acabam assimilando precariamente estas inovações, pois além de tudo faltam-lhes poder de compra e uma base consolidada de escolaridade e cultura básica e técnica, restando-lhes a posição de subordinação às decisões unilaterais e prévias do capitalismo central.”(MACHADO, 1992, p.17).

Em sociedades com desenvolvimento capitalista tardio — como é o caso da sociedade brasileira, em que o sistema produtivo ainda se baseia, fundamentalmente, no trabalho industrial tradicional, com um padrão de uso extensivo de uma mão-de-obra não qualificada ou apenas semi qualificada e com o aproveitamento de indivíduos pouco ou nada escolarizados, de acordo com as necessidades do paradigma fordista —, a superação dessa subordinação é um desafio a ser enfrentado, pois a nova concepção da reestruturação produtiva impõe um novo conceito de formação e de qualificação profissional nessas sociedades.

A modernização da economia brasileira dentro do novo paradigma vai requerer, portanto, uma requalificação da estrutura ocupacional, exigindo um maior grau de escolaridade em todos os seus níveis hierárquicos. Segundo Salm e Fogaça (1992, p. 125)

“(...) o fraco desempenho qualitativo e quantitativo do sistema educacional brasileiro poderá significar, de um lado, a escassez de

² A educação geral deve ficar sob a responsabilidade do sistema formal de ensino, que, no Brasil, compreende a pré-escola, o primeiro grau (ensino fundamental), o segundo grau (ensino médio) e o ensino superior. Quanto ao ensino de primeiro e de segundo grau, têm-se escolas particulares e também as pertencentes à rede pública (escolas federais, estaduais e municipais).

pessoal com os requisitos básicos para o desenvolvimento econômico; e, de outro lado, a marginalização de grande parte da população brasileira, na medida em que se reduzem as oportunidades de emprego de pessoal semiquualificado e, por consequência, de indivíduos de pouca ou nenhuma escolaridade (...)."

Embora tenha havido expansão do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas, especialmente nos anos 70, ainda estamos longe de atingir patamares razoáveis de desempenho escolar. O maior problema não é quantitativo, mas relaciona-se à qualidade do ensino oferecido. Dos alunos que iniciam o ensino de primeiro grau, apenas 20,3% no Brasil e 31,2% no Rio Grande do Sul o concluem em oito anos. A situação revela-se ainda mais grave, quando se observa o alto número de matrículas-ano por formando (24,8 para o Brasil e 22,8 para o Estado), deixando implícito os altos índices de repetência e de evasão existentes, bem como o desperdício dos investimentos públicos (KRELING, STERNBERG, 1995, p.313). No que diz respeito à aprendizagem, dados do terceiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, realizado pelo Ministério da Educação e Desporto e pela Secretaria da Educação-RS em 1995, revelam que os alunos de primeiro e segundo graus não dominam os conteúdos mínimos das disciplinas básicas, como português e matemática. A percentagem média de acertos dessas disciplinas, no Brasil, foi de 43,0%; enquanto, no Rio Grande do Sul, foi de 48,2%. Embora nosso Estado se situe acima da média nacional, permanece abaixo de 50,0% de acertos, evidenciando a necessidade de ações urgentes que visem resgatar a qualidade da educação (SAEB/SE-RS, 1995, p.18). Por outro lado, segundo o IBGE, persistem ainda altas taxas de analfabetismo na população com mais de cinco anos, da ordem de 18,9% para o Brasil em 1995. No Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), embora as taxas se apresentem inferiores (10,6% e 9,0% respectivamente), estão ainda bastante altas, quando comparadas às dos países mais desenvolvidos³ (PNAD 1995:Br, 1997; PNAD 1995:RS, 1996; PNAD 1995:RMPOA, 1996).

³ A título de exemplo, citam-se as seguintes taxas de analfabetismo: nos Estados Unidos, 4,5%; na Itália, 2,9%; na Austrália, 0,5%; e, em países como Japão, Suécia e Finlândia, toda a população é alfabetizada, segundo dados da Situação Mundial da Infância e da UNESCO, conforme **Folha de São Paulo** (06.02.95).

As mudanças que vêm ocorrendo recentemente no mercado de trabalho brasileiro, em consequência da introdução de uma maior racionalidade dos processos produtivos e organizacionais nos setores mais modernos da economia, já apontam alterações importantes nas formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho. Ao lado da ampliação da taxa de desemprego, atingindo segmentos importantes da força de trabalho, registram-se redução do nível de ocupação na indústria e aumento da participação do setor serviços e do comércio. Em decorrência, amplia-se a precarização das condições de trabalho — indicada pelo aumento do assalariamento sem carteira de trabalho assinada e do trabalho autônomo —, diminuindo consideravelmente o número de trabalhadores com empregos de maior regularidade. Nesse novo contexto, os trabalhadores menos escolarizados são os primeiros a sofrerem as consequências tanto do desemprego quanto das formas contratuais precárias.

Assim, considerando-se que, no atual processo de modernização econômica, se demanda um novo perfil ocupacional, cujas características estão intrinsecamente relacionadas à posse dos conhecimentos de uma boa educação básica, pretende-se, neste trabalho, identificar o patamar de escolarização⁴ da população ocupada na Região Metropolitana de Porto Alegre. Com isso, objetiva-se colocar à disposição da sociedade e, em especial, do poder público regional algumas informações que possam contribuir para o debate e o delineamento de possíveis políticas e estratégias de desenvolvimento. Para tanto, são tomadas como base as informações coletadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA).⁵ Os dados analisados referem-se à média do período abr./92-dez./95.

⁴ Não foram consideradas neste estudo outras formas de aprendizado que não estejam enquadradas no sistema formal de ensino, como os cursos e os treinamentos profissionalizantes realizados por empresas, sindicatos, etc.

⁵ A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre vem sendo executada, desde abril de 1992, pelo convênio celebrado entre a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social e o Sistema Nacional de Emprego (FGTAS/SINE-RS), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Tem como objetivo conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional através de levantamento sistemático, com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos da PEA. A PED vem sendo realizada também nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Belo Horizonte, de Curitiba e no Distrito Federal.

Num primeiro momento, é abordada a questão de como o grau de escolarização afeta as possibilidades de inserção da População Economicamente Ativa no mercado de trabalho. A seguir, no item 2, a análise centra-se na caracterização do perfil do trabalhador, segundo o grau de escolarização por atributos pessoais e por situação ocupacional.

1 - Escolarização e inserção no mercado de trabalho

Do conjunto da População em Idade Ativa (PIA) — população com 10 anos e mais —, 56,4% constituíam a PEA — parcela da PIA que está ocupada ou desempregada. Desta, 88,0% era composta por pessoas ocupadas e 12,0% por pessoas desempregadas, estimando-se em 1.282 mil indivíduos o contingente de ocupados e em 175 mil indivíduos o de desempregados.

Comparando-se o nível de instrução dos distintos grupos populacionais — PIA e PEA —, observam-se diferenças significativas, com acentuada presença de indivíduos com maior grau de escolarização no segundo grupo. A análise da distribuição de escolaridade dos dois grupos populacionais, segundo estudo recente da Fundação SEADE,

“(...) possibilita a percepção de que, apesar da tendência à ampliação do nível de instrução da população em idade de trabalhar, há sinais importantes de constrangimento à inserção produtiva dos segmentos de mais baixa escolaridade, o que coloca o sistema educacional diante de novos e complexos desafios” (FERREIRA,COSTA, 1996, p.17).

Desse modo, o mercado de trabalho parece privilegiar trabalhadores com maior grau de escolaridade. De fato, como pode se observar na Tabela 1, a inserção dos indivíduos na condição de ocupados no mercado de trabalho é bem mais elevada entre aqueles que têm maior número de anos de estudo, acentuando a tendência já observada na comparação entre a PIA e a PEA. Assim, os que têm o segundo grau completo (11 anos de estudo) e mais de 11 anos de estudo (terceiro grau), cujas parcelas são, respectivamente, de 12,7% e 9,1% na PIA, aumentaram sua participação para 16,8% e 12,9% na PEA e para 17,4% e 13,9% entre os ocupados. Essas diferenças acentuam-se, ainda mais, quando comparadas com a população inativa. Observa-se, no entanto, que, nos níveis

inferiores de escolaridade, essa relação se inverte: na PIA, 72,4% dos indivíduos possuem apenas até o primeiro grau completo (oito anos de estudo), enquanto, na PEA, eles representam 63,9%. Destaca-se que, na PIA, 5,0% não têm escolaridade, enquanto, na PEA, o número de indivíduos sem escolarização se reduz para 2,8%.⁶

Tabela 1

Distribuição percentual da PIA, da PEA e dos inativos e taxas de participação, segundo os anos completos de estudo, na RMPA — abr./92-dez./95

ANOS COMPLETOS DE ESTUDO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA					TAXAS DE PARTICIPA- ÇÃO (1)
	Total	População Economicamente Ativa			Inativos (10 anos e mais)	
		Total	Ocupados	Desemprega- dos		
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	56,4
Sem escolarização	5,0	2,8	2,9	3,0	8,0	31,6
Menos de quatro anos	14,8	10,2	10,1	11,0	20,7	39,1
Quatro anos	12,2	10,1	9,9	11,4	15,0	46,6
De cinco a sete anos	28,3	27,1	26,2	33,9	29,8	54,1
Oito anos	12,1	13,7	13,5	14,7	10,0	64,0
De nove a 10 anos	5,8	6,4	6,1	8,3	5,0	62,4
11 anos	12,7	16,8	17,4	11,9	7,4	74,5
Mais de 11 anos	9,1	12,9	13,9	5,8	4,1	80,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

(1) Indicam a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas no mercado de trabalho, quer como ocupadas, quer como desempregadas.

Reforçando a idéia anterior, as taxas de participação — que indicam a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas — aumentam de acordo com o

⁶ Neste estudo, de acordo com a captação dos dados pela PED-RMPA, considera-se sem escolarização aquele indivíduo que nunca frequentou a escola. Para o IBGE, é alfabetizada a pessoa que seja capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Adotando-se critérios mais rígidos, e possivelmente mais adequados, o percentual de analfabetos seria consideravelmente maior. Este é o caso, por exemplo, dos chamados analfabetos funcionais, cuja parcela alcança um terço da força de trabalho nacional, conforme estudo do Ministério do Trabalho, no qual se constatou que "(...) um em cada três brasileiros que compõem a força de trabalho é incapaz de ler um manual simples sobre sua atividade profissional" (FSP, 21.7.96). Já para a UNESCO, alfabetizada é a pessoa que cursou quatro séries; assim, seriam não alfabetizados, por esse critério, 19,8% da PIA e 13,0% da PEA da RMPA.

grau de escolarização dos indivíduos. Cabe ressaltar que, quanto maior for o grau concluído, melhores são as oportunidades de concorrer no mercado de trabalho. De fato, verifica-se, na Tabela 1, que a inserção na PEA dos que já concluíram o segundo grau, cuja taxa de participação chega a 74,5%, é significativamente maior que a daqueles que concluíram somente o primeiro grau (64,0%) e bem menor que a taxa referente à população que já atingiu mais de 11 anos de estudo (80,4%). Destaca-se, entretanto, que os indivíduos que se encontram no nível de segundo grau incompleto, cuja taxa de participação é de 62,4%, permanecem praticamente no mesmo patamar daqueles que têm o primeiro grau completo. Conforme já constatado em estudo realizado pela PED-RMPA, esse quadro

“(...) é indicativo de uma certa valoração existente no mercado de trabalho, segundo a qual muito importa a conclusão de uma das grandes etapas do sistema educacional, ao passo que anos adicionais de estudo sem que se conclua o grau não implicariam maior presença no mercado” (DE TONI et al., 1993, p.608).

Ao se examinar a distribuição do grau de instrução da PEA, no entanto, percebe-se que o nível escolar dessa população é bastante reduzido. Entre a população ocupada, cerca de 50% não tem sequer o primeiro grau completo, e, entre estes, quase a metade concentra-se entre as quatro primeiras séries. Quando se consideram os níveis mais avançados de escolaridade, reduz-se sensivelmente o número de indivíduos: aqueles que têm o primeiro grau completo constituem 13,5%, os que têm o segundo grau completo, 17,4%; e os que atingem mais de 11 anos de estudo, 13,9%. A situação torna-se mais crítica quando se trata da população desempregada, onde quase 60% declara não ter concluído o primeiro grau, e três quartos têm, no máximo, esse grau concluído, reduzindo-se ainda mais a proporção de indivíduos nos níveis de escolaridade mais elevados.

Considerando-se o baixo grau de escolarização da força de trabalho na RMPA — a metade da PEA não tem sequer o primeiro grau completo —, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho tornam-se bem maiores, principalmente num momento em que a formação escolar básica com qualidade é vista como requisito essencial às exigências de uma economia globalizada.

A Pesquisa ainda revela que a média em anos de estudo para a PIA é de 6,7 anos, sendo pouco superior para a PEA, onde chega a 7,6 anos. Já a população ocupada tem um ano a mais de estudo em relação à PIA — média de 7,7 anos de estudo —, enquanto a população desempregada apresenta 6,8 anos de estudo, em média. Os inativos são os que evidenciam os níveis mais baixos de escolarização, cuja média é de 5,4 anos de estudo.

Embora a RMPA se encontre acima da média nacional — cerca de cinco anos de estudo — e da média estadual — cerca de seis anos de estudo (PNAD, 1995) —, deixa muito a desejar quando os dados são comparados com os de países desenvolvidos, onde, em geral, a população conclui, pelo menos, o nível médio — cerca de 10 anos de estudo.

2 - O perfil do trabalhador segundo o grau de escolarização

2.1 - Por atributos pessoais

Na caracterização do perfil educacional do trabalhador na RMPA, centra-se a análise na população ocupada, objeto de estudo deste trabalho. Nesta seção, como atributos pessoais, são analisadas as variáveis sexo, idade e posição do indivíduo no domicílio de residência.

Quanto à distribuição dos ocupados segundo o sexo, verifica-se que a participação masculina (60,0%) é maior que a participação feminina (40,0%). O mercado de trabalho, no entanto, parece impor distintos graus de exigência quanto ao nível de escolaridade a cada um dos sexos, exigindo sobretudo mais das mulheres. Conforme dados da PED-RMPA, existem maiores oportunidades de emprego para os homens com baixo nível de instrução do que para as mulheres na mesma situação educacional.

De fato, ao se observarem os dados apresentados na Tabela 2, constata-se que há uma concentração maior de homens ocupados que não concluíram o primeiro grau (51,2%) em relação às mulheres ocupadas nessa situação (45,8%). Essa relação se inverte nos graus mais elevados do sistema escolar; assim, no ensino de segundo grau completo e com mais de 11 anos de estudo, os homens representam 16,4% e 12,3%, enquanto as mulheres superam esses percentuais, com 18,9% e 16,4% respectivamente. Pode-se inferir, portanto, que as mulheres apresentam proporcionalmente níveis mais elevados de escolarização,⁷ como forma de aumentarem suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

⁷ A Pesquisa ainda revela que a média de anos de estudo, entre os ocupados, é de oito anos para a população feminina e de 7,5 anos para a masculina.

Tabela 2

Distribuição percentual dos ocupados, por anos completos de estudo, segundo atributos pessoais, na RMPA — abr./92-dez./95

ATRIBUTOS PESSOAIS	POPU- LAÇÃO OCUPADA	TOTAL	ANOS COMPLETOS DE ESTUDO							
			Sem Escola- rização	Menos de Qua- tro Anos	Quatro Anos	De Cinco a Sete Anos	Oito Anos	De Nove a 10 Anos	11 Anos	Mais de 11 Anos
TOTAL	100,0	100,0	2,9	10,1	9,9	26,2	13,5	6,1	17,4	13,9
Sexo										
Homens	60,0	100,0	2,9	10,5	10,2	27,6	14,1	6,0	16,4	12,3
Mulheres	40,0	100,0	2,9	9,5	9,5	23,9	12,7	6,2	18,9	16,4
Idade										
10 a 17 anos ...	5,2	100,0	1,0	10,6	13,2	46,9	13,3	13,2	1,7	0,1
18 a 24 anos ...	17,8	100,0	0,9	5,5	8,3	28,5	14,3	10,6	22,4	9,5
25 a 39 anos ...	43,9	100,0	1,3	7,7	8,8	25,5	14,1	5,7	19,9	17,0
40 anos e mais	33,1	100,0	6,0	15,9	11,7	22,5	12,5	3,1	13,9	14,4
Posição no do- mício										
Chefe	50,1	100,0	3,5	11,8	10,5	25,6	13,9	4,7	16,2	13,8
Cônjuge	21,5	100,0	3,0	10,5	10,5	25,3	12,8	4,5	17,6	15,8
Filho	21,8	100,0	0,9	6,1	7,8	27,5	13,2	10,8	20,2	13,5
Demais mem- bros	6,6	100,0	2,9	9,8	10,6	29,1	14,4	6,7	16,9	9,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

Com relação ao exame da variável idade na distribuição da população ocupada, 5,2% é constituída por jovens entre 10 e 17 anos. Nessa faixa etária, encontra-se a clientela normal do ensino de primeiro e de segundo grau, entretanto observa-se que 71,7% desses menores não possuem o primeiro grau completo, enquanto 28,3% já o concluíram (Tabela 2). Embora o ensino de primeiro grau seja obrigatório e gratuito — tem suas diretrizes e bases expressas na Lei nº 5.692/71, conforme estabelece a Constituição Federal —, destaca-se, nessa faixa etária, ainda a existência de 1,0% de trabalhadores sem escolaridade alguma. Todavia os problemas a serem enfrentados na RMPA parecem referir-se principalmente à consolidação do aprendizado básico e à continuidade desses indivíduos na escola. Segundo a PED-RMPA, 15,3% da população em idade escolar (entre 10 e 17 anos) encontrava-se fora do sistema escolar, ou seja, 5,6% da população de 10 a 14 anos e cerca de um terço (32,9%) da população de 15 a 17 anos não estavam frequentando a escola no momento da entrevista. Tal situação está relacionada, via de regra, às condições sócio-econômicas precárias em que se encontram as famílias desses jovens, acrescidas da má qualidade do ensino, conduzindo a altas taxas de repetência escolar e de abandono dos estudos

e ao ingresso precoce no mercado de trabalho.⁸ De fato, ainda segundo a PED-RMPA, do total da população de 10 a 17 anos de idade, 19,9% já estão inseridos na População Economicamente Ativa, seja como ocupados, seja como desempregados.⁹

Assim, grande parte das crianças e dos adolescentes de 10 a 17 anos enfrentam o problema da distorção idade-série, o qual pode ser visualizado através dos dados da PED-RMPA, a partir da construção de um indicador de adequação escolar, que relaciona idade e série concluída.¹⁰ Tomando-se a População em Idade Ativa de 10 a 17 anos, constata-se que 54,0% tem idade superior àquela considerada adequada para a série concluída, enquanto, entre a população infanto-juvenil ocupada, essa situação alcança 63,2% dos indivíduos.

Os jovens de 18 a 24 anos, clientela normal do ensino de terceiro grau, representam 17,8% da população ocupada. Os dados revelam que 56,8% dos indivíduos nessa faixa completaram, pelo menos, o primeiro grau; 31,9%, o segundo grau; e apenas 9,5% atingiram mais de 11 anos de estudo. Conclui-se, portanto, que parcela considerável dessa população não chegou a ingressar no ensino de segundo grau e que apenas uma porção muito pequena dos que ingressaram no segundo grau foi capaz de concluir seus estudos. Entendendo-se que, idealmente, esse grupo etário deveria estar vinculado ao ensino de terceiro grau, fica evidenciado o afunilamento que caracteriza o ensino brasileiro, seja pelos altos índices de repetência, seja pela evasão precoce, em decorrência, dentre outros aspectos, da má qualidade do ensino e da própria necessidade que esses jovens têm de ingressar no mercado de trabalho. Num momento em que a modernização da economia requer um maior nível de escolaridade, privilegiando a educação

⁸ Na RMPA, segundo a Secretaria da Educação do RS, para os ensinos de primeiro e de segundo grau, as taxas de repetência, em 1994, representaram 15,4% e 9,6%; e as de evasão, 6,6% e 12,6% respectivamente. No Brasil, segundo o Ministério da Educação e Desporto, tais taxas, em 1994, são ainda superiores: 18,4%; 10,8% e 11,4%; 17,1% nesta ordem.

⁹ Ver, a respeito, De Toni (1996).

¹⁰ Considera-se como adequada a situação de escolaridade da população de 10 a 17 anos de idade no ensino de primeiro e de segundo grau que, num fluxo perfeito, sem repetência e/ou evasão, conclui a série escolar correspondente à sua idade. Conceberam-se, pois, como adequadas a situação do indivíduo que, com 10 anos, tenha concluído, pelo menos, a terceira série do primeiro grau, a do indivíduo que, com 11 anos, tenha concluído, pelo menos, a quarta série do primeiro grau, e assim sucessivamente. Essa adaptação deve-se ao tipo de dado levantado pela PED-RMPA, o qual capta a última série concluída.

geral de primeiro e de segundo grau, é preocupante a situação desses jovens, tendo em vista as exigências de novas habilidades, que requerem maior capacidade de abstração e iniciativa frente a situações mais complexas.

Os indivíduos entre 25 e 39 anos constituem a maior parcela dos ocupados, alcançando 43,9% do total. Representam, em geral, força expressiva no mercado de trabalho como mão-de-obra primária, isto é, com taxas de participação mais elevadas, maior permanência nesse mercado e, via de regra, assumindo maior responsabilidade no orçamento familiar. Apesar de, em geral, ainda ser baixo o nível de escolaridade desses trabalhadores, — 43,3% sequer conseguiram concluir o primeiro grau —, verifica-se, entre eles, a maior incidência tanto de pessoas que concluíram ao menos o primeiro grau (56,7%) como também o segundo grau (36,9%) e dos que possuem mais de 11 anos de estudo (17,0%). A partir daí, é possível inferir que a situação relativamente melhor dos ocupados que se encontram nessa faixa etária quanto ao nível de escolarização pode estar associada sobretudo ao aumento da demanda por trabalhadores melhor qualificados por parte das empresas, que começam a exigir um melhor perfil educacional de seus empregados.

Por último, os indivíduos com 40 anos e mais representam 33,1% do total de ocupados. O nível de escolaridade desses trabalhadores é pouco elevado: 68,6% possuem, no máximo, até o primeiro grau completo, sendo que 33,6% do total dos indivíduos nessa faixa etária têm como teto quatro anos de estudo, concentrando o maior percentual de indivíduos sem escolarização (6,0%).

Desagregando a população de ocupados daqueles trabalhadores que freqüentam a escola,¹¹ observam-se algumas particularidades significativas, embora representem apenas 9,0% entre os ocupados, com um contingente estimado de 115 mil indivíduos. Essa parcela é formada, na sua grande maioria, por pessoas mais jovens — 69,1% encontram-se na faixa etária de até 24 anos —; entre os trabalhadores com mais idade, 26,6% têm de 25 a 39 anos, e apenas 4,3% possuem 40 anos ou mais idade. Na faixa etária a partir dos 18 anos de idade, observa-se que há uma concentração maior no nível de escolaridade “com mais de 11 anos” para todas as faixas etárias. Destacam-se,

¹¹ São considerados os trabalhadores que estavam freqüentando a escola na ocasião em que foram entrevistados pela PED-RMPA.

dentre eles, os indivíduos de 25 a 39 anos, dos quais 61,4% freqüentam o ensino de terceiro grau. Sem dúvida, são trabalhadores que procuram melhorar seu nível educacional, seja pela pressão por uma qualificação profissional, seja pela possibilidade de atingir postos de trabalho mais estáveis e melhor remunerados.

Ao se examinar a população ocupada segundo a posição do indivíduo no domicílio de residência, constata-se que a maioria é composta por chefes (50,1%). Eles apresentam baixos níveis de escolarização: cerca de 50% sequer concluíram o primeiro grau, sendo que um quarto do total desses indivíduos alcançam, no máximo, até quatro anos de estudo. Os cônjuges, na maior parte representados pelo sexo feminino, levam pequena vantagem em relação aos chefes, principalmente nos níveis de escolarização mais elevados; assim, no ensino de segundo grau completo e no de terceiro grau (mais de 11 anos de estudo), os chefes representam 16,2% e 13,8%, enquanto os cônjuges alcançam os percentuais de 17,6% e 15,8% respectivamente. Os filhos, entretanto, concentram-se nos níveis de cinco a sete anos de estudo (primeiro grau incompleto) e segundo grau completo, com 27,5% e 20,2% respectivamente. Além disso, apresentam o menor percentual dos que não têm escolarização (0,9%) — face aos 3,5% entre os chefes, por exemplo —, o que possivelmente está associado à expansão do sistema educacional ocorrida nos últimos anos (Tabela 2).

2.2 - Por situação ocupacional

Esta seção trata da caracterização do perfil ocupacional do trabalhador na RMPA segundo o grau de escolarização. Para tanto, analisa-se as variáveis: setores de atividade econômica, posição na ocupação, jornada de trabalho semanal média, tempo médio de serviço e rendimento médio do trabalho principal.

As informações da PED-RMPA quanto à distribuição da população ocupada pelos diferentes setores da atividade econômica revelam o predomínio do setor serviços, que emprega 46,3% do total de trabalhadores, seguido dos setores indústria de transformação (23,4%), comércio (16,3%) e, em menor proporção, serviços domésticos (6,5%) e construção civil (6,0%) — Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição percentual dos ocupados, por anos completos de estudo, segundo o setor de atividade econômica, na RMPA — abr./92-dez./95

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	POPU- LAÇÃO OCUPADA	TOTAL	ANOS COMPLETOS DE ESTUDO							
			Sem Escola- rização	Menos de Qua- tro Anos	Quatro Anos	De Cinco a Sete Anos	Oito Anos	De Nove a 10 Anos	11 Anos	Mais de 11 Anos
Total	100,0	100,0	2,9	10,1	9,9	26,2	13,5	6,1	17,4	13,9
Indústria de trans- formação	23,4	100,0	2,1	10,9	12,9	33,9	13,8	5,7	13,4	7,3
Comércio	16,3	100,0	2,2	7,2	8,4	26,5	17,6	8,6	21,9	7,6
Serviços	46,3	100,0	1,9	7,4	7,0	20,4	13,5	6,6	21,1	22,1
Construção civil	6,0	100,0	8,0	23,2	16,8	32,9	8,4	2,1	4,8	3,8
Serviços domésti- cos	6,5	100,0	8,7	22,7	18,3	35,9	9,3	2,4	2,5	0,2
Outros (1)	1,5	100,0	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-	(2)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

(1) Inclui agricultura, pecuária, extração vegetal e outras atividades não classificadas. (2) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Vários estudos constataam que, nos últimos anos, têm havido uma sensível redução de postos de trabalho no setor indústria e um considerável aumento do número de pessoas ocupadas nos setores serviços e comércio.¹² Essas transformações no mercado de trabalho decorrem, de um lado, de alterações estruturais visando à maior competitividade por parte do setor industrial frente à concorrência internacional, exigindo a implantação de novos processos produtivos que requerem trabalhadores mais qualificados e em menor número. De outro lado, tal situação vê-se agravada pelas medidas de política econômica recessiva no período recente, buscando a estabilização. Nesse contexto, os setores serviços e comércio vêm cumprindo o papel de criar novas oportunidades para boa parte dos trabalhadores desempregados, como também absorvendo, em grande escala, maior número de jovens trabalhadores. Todavia a ampliação desses setores não parece capaz de absorver toda a parcela da população

¹² Alves e Soares (1996, p.34) constataam para a Grande São Paulo, com dados da PED-GSP, que o setor industrial era, em 1988, responsável por quase um terço (32,1%) do total dos trabalhadores, caindo para um quarto (24,9%) em 1995. Em compensação, os setores serviços e comércio ampliaram suas participações de 44,4% e 14,1% para 50,1% e 16,8%, respectivamente, no mesmo período.

que perdeu seus postos de trabalho na indústria, tornando-se inevitável o aumento do desemprego.¹³

A análise por setor de atividade econômica e segundo o grau de escolarização dos trabalhadores permite identificar certas particularidades específicas de cada setor.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam que os níveis mais baixos de escolarização aparecem nos setores serviços domésticos e construção civil, onde 85,6% e 80,9% dos trabalhadores, respectivamente, não possuem o primeiro grau completo, concentrando-se quase 50% desses indivíduos entre os que possuem as quatro primeiras séries. Vale lembrar que esses setores, tradicionalmente, não requerem da grande maioria dos ocupados qualificação profissional para a realização das suas tarefas.

Na indústria, a situação é igualmente grave, já que 59,8% dos trabalhadores não concluíram o primeiro grau, elevando-se para 79,3% o percentual dos que não completaram o segundo grau. Num momento em que a formação escolar básica é vista como requisito fundamental na integração do trabalhador aos novos processos produtivos, é preocupante a situação desses indivíduos.

Nos setores comércio e serviços, a performance é um pouco melhor do que a descrita anteriormente. No primeiro setor, 55,7% dos trabalhadores concluíram pelo menos o primeiro grau. Já os serviços é o setor com a força de trabalho melhor posicionada quanto ao nível de escolarização: 21,1% concluíram o segundo grau e 22,1% atingiram mais de 11 anos de estudo. Nesse setor, vale destacar que, apesar da sua grande heterogeneidade, existe uma gama de ocupações que exige maior qualificação profissional e, também, um grau de escolarização mais elevado. Como exemplo, citam-se as ocupações especializadas nos serviços ligados à produção e as ocupações altamente qualificadas nas áreas de saúde, educação, planejamento, dentre outras, nos serviços abrangidos pelas políticas públicas.¹⁴

¹³ Montagner (1996, p.3) verifica, para a Grande São Paulo, com dados da PED-GSP, que a taxa de desemprego total subiu de 7,9% em set./89 para 13,3% em set./95. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a taxa de desemprego total também tem se mostrado elevada: 12,2% em set./95.

¹⁴ Além disso, a escolaridade mais elevada do setor serviços também é influenciada pelo fato de ele abranger a maior parte das atividades desenvolvidas pelo setor público, que tem como uma das características distintivas maior grau de escolarização de sua força de trabalho. Tal situação ficou evidenciada em estudo de Vergara e Wiltgen (1996, p.261), onde, ao compararem a distribuição dos assalariados dos serviços privados com carteira assinada com a dos trabalhadores do setor público, segundo a escolaridade, observaram uma diferença de 29% em favor do setor público para o segundo grau completo e de 226% para o terceiro grau completo.

A distribuição dos trabalhadores segundo a posição na ocupação aponta predominância da força de trabalho assalariada (67,4%), sendo que, do total de assalariados, mais de três quartos se empregam no setor privado. Os assalariados do setor público, por sua vez, constituem 14,9% da população ocupada. Nas demais categorias ocupacionais, é significativa a presença de trabalhadores autônomos (16,6%), que formam o segundo maior grupo na estrutura ocupacional (Tabela 4).

Tabela 4

Distribuição dos ocupados, por anos completos de estudo, segundo a posição na ocupação, na RMPA — abr./92-dez./95

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	POPU- LAÇÃO OCUPADA	TOTAL	ANOS COMPLETOS DE ESTUDO							
			Sem Escola- rização	Menos de Qua- tro Anos	Quatro Anos	De Cinco a Sete Anos	Oito Anos	De Nove a 10 Anos	11 Anos	Mais de 11 Anos
TOTAL	100,0	100,0	2,9	10,1	9,9	26,2	13,5	6,1	17,4	13,9
Assalariados do setor público	14,9	100,0	1,0	4,0	3,3	10,8	10,6	6,3	26,3	37,7
Assalariados do setor privado										
Total	52,5	100,0	2,4	9,8	10,7	29,6	14,6	6,7	17,1	9,1
Com carteira	45,2	100,0	2,2	9,4	10,5	29,0	14,7	6,7	18,1	9,4
Sem carteira	7,3	100,0	3,3	12,4	11,9	33,0	13,8	7,3	11,2	7,1
Autônomos	16,6	100,0	4,5	14,0	11,5	28,6	14,7	5,4	14,6	6,7
Empregados do- mésticos	6,5	100,0	8,7	22,7	18,3	35,9	9,3	2,4	2,5	0,2
Outros (1)	9,5	100,0	1,4	6,1	7,0	20,4	13,3	5,9	20,6	25,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

(1) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

O grau de escolarização da força de trabalho assalariada do setor público indica uma maior concentração nos níveis de instrução mais elevados — 64,0% têm, pelo menos, o segundo grau completo, e 37,7% possuem mais de 11 anos de estudo. Essa situação pode estar relacionada, de um lado, à própria condição de acesso para a maior parte desses indivíduos, através da realização de concurso público, exigindo-se como pré-requisito um nível mínimo de escolaridade, segundo as qualificações necessárias. De outro lado, pode vincular-se ao tipo de serviços prestados pelos órgãos públicos, que requerem ocupações altamente qualificadas, como nas áreas de planejamento, educação, saúde, segurança, etc. Além disso, dada a característica conhecida de maior estabilidade no emprego desse setor, os trabalhadores

vivenciam condições mais favoráveis tanto para a continuidade de seus estudos quanto para o aperfeiçoamento e a qualificação profissional, financiados, por vezes, pelo próprio Governo.

O resultado do exame da situação dos trabalhadores assalariados do setor privado quanto ao grau de escolaridade apresenta-se bem diferente. É alta a concentração de trabalhadores com baixo grau de instrução — 52,5% não concluíram o primeiro grau —, sendo que quase a metade desses indivíduos se concentram no grupo que cursou as quatro primeiras séries. A situação torna-se ainda mais crítica quando se refere aos assalariados do setor privado sem carteira, onde aumenta para 60,6% a parcela dos que não concluíram o primeiro grau. Destaca-se aqui que a precarização das condições de trabalho, através da redução de ocupações com carteira de trabalho assinada e do aumento do assalariamento sem carteira, em geral está associada aos baixos níveis de escolarização.

Os autônomos apresentam uma situação igualmente precária, não se diferenciando muito dos assalariados do setor privado sem carteira, salientando-se uma maior concentração nos níveis mais baixos de escolaridade — um em cada cinco trabalhadores autônomos não chegou sequer a completar quatro anos de estudo. Os empregados domésticos, por sua vez, evidenciam os níveis mais baixos de escolarização: 85,6% não completaram o primeiro grau, alcançando 8,7% — maior proporção relativa — dos que não têm escolaridade.

Desagregando a população ocupada segundo a jornada de trabalho semanal média, observa-se, na Tabela 5, que, excetuando-se o segmento que trabalha menos de 15 horas por semana (5,3% do total), os trabalhadores com menos escolarização cumprem, em maior proporção, jornada média semanal mais longa. Ou seja, enquanto, entre a população ocupada total, 49,1% não têm o primeiro grau completo, tal proporção eleva-se para 55,3% entre os trabalhadores cuja jornada excede a 48 horas semanais. Em contrapartida, entre os indivíduos com a menor jornada média (15 a 39 horas semanais), reduz-se para 40,1% a parcela com até este nível de escolarização, subindo para 41,4% a dos que possuem pelo menos o segundo grau completo e para 21,7% a daqueles com mais de 11 anos de estudo. Esses dados parecem indicar que, quanto mais elevado for o grau de ensino obtido, maiores serão, proporcionalmente, as chances de se conseguirem melhores condições de trabalho no que diz respeito à jornada semanal média.

Tabela 5

Distribuição dos ocupados, por anos completos de estudo, segundo classes de horas semanais trabalhadas em todos os trabalhos, na RMPA — abr./92-dez./95

CLASSES DE HORAS TRABALHADAS	POPULAÇÃO OCUPADA	TOTAL	ANOS COMPLETOS DE ESTUDO							
			Sem Escolarização	Menos de Quatro Anos	Quatro Anos	De Cinco a Sete Anos	Oito Anos	De Nove a 10 Anos	11 Anos	Mais de 11 Anos
TOTAL	100,0	100,0	2,9	10,1	9,9	26,2	13,5	6,1	17,4	13,9
Menos de 15 horas	5,3	100,0	3,4	11,9	10,4	25,7	10,8	5,6	15,4	16,8
De 15 a 39 horas	19,8	100,0	2,9	8,8	7,7	20,7	11,7	6,8	19,7	21,7
De 40 a 48 horas	56,1	100,0	2,7	10,0	10,2	27,0	13,8	6,0	17,6	12,7
Mais de 48 horas	18,8	100,0	3,1	11,5	11,2	29,5	15,6	5,7	15,0	8,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

A escolaridade também mostra seus efeitos sobre o tempo médio de serviço no trabalho principal. Nesse particular, observa-se que, quanto maior é o grau de escolaridade dos trabalhadores, tanto maior é sua estabilidade no emprego. Esse aumento se faz sentir, como mostra a Tabela 6, a partir do primeiro grau completo, excetuando-se os que não têm escolarização. Isto é, os indivíduos com primeiro grau completo permanecem, em média, 61,5 meses (cerca de cinco anos) no emprego principal, período que se eleva para 73,5 meses (cerca de seis anos) entre aqueles com o segundo grau completo e para 98,3 meses (cerca de oito anos) para os com mais de 11 anos de estudo. Já os indivíduos que apresentam baixo grau de instrução são os que ficam mais sujeitos à rotatividade da mão-de-obra e à flutuação sazonal do emprego, com pouca probabilidade de acumular tempo de serviço na empresa e de obter as vantagens daí decorrentes.

Tabela 6

Tempo médio de serviço e rendimento médio real da população ocupada no trabalho principal, segundo anos completos de estudo, na RMPA — abr./92-dez./95 e mar./92-nov./95

ANOS COMPLETOS DE ESTUDO	TEMPO MÉDIO DE SERVIÇO (meses) (abr./92-dez./95)	RENDIMENTO MÉDIO (1) (mar./92-nov./95)
TOTAL	63,5	433,0
Sem escolarização	65,4	196,7
Menos de quatro anos....	59,5	247,8
Quatro anos	52,3	267,5
De cinco a sete anos	48,5	291,0
Oito anos	61,5	389,1
De nove a 10 anos	48,1	372,4
11 anos	73,5	580,2
Mais de 11 anos	98,3	938,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE/FGTAS/SINE-RS/SEADE-SP/DIEESE.

(1) Inflator utilizado: IPC-IEPE; em reais de nov./95.

Movimento semelhante também pode ser observado no comportamento do rendimento médio dos ocupados no trabalho principal, evidenciando-se significativos diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores com distintos níveis de escolaridade. Assim, o valor médio dos rendimentos percebidos entre aqueles que concluíram o segundo grau é cerca de 50% maior que o dos que completaram o primeiro grau e mais de 60% inferior ao dos que atingiram mais de 11 anos de estudo. Verifica-se, ainda, que os ocupados com mais de 11 anos de estudo perceberam, em média, cerca de cinco vezes mais que os ocupados sem escolarização (Tabela 6).

Sabe-se, também, que o tempo médio de permanência no mesmo emprego pode influenciar o nível dos rendimentos dos ocupados, somando-se ao fator escolaridade na determinação dos salários. Segundo Ferreira e Costa (1996, p.37), "(...) é possível admitir que indivíduos que permanecem mais tempo num mesmo emprego têm maiores chances de progresso profissional e salarial, de modo que a empregos semelhantes podem corresponder salários distintos".

3 - Considerações finais

Os dados analisados sobre o perfil educacional da força de trabalho da RMPA parecem indicar que há um longo caminho a ser perseguido, quando se considera o nível de escolaridade dos trabalhadores como indicador a ser tomado na seleção dos indivíduos para a inserção no mercado de trabalho, diante das novas exigências de formação e de qualificação profissional no contexto do atual paradigma do desenvolvimento econômico.

Não obstante o perfil de escolaridade dos trabalhadores da RMPA encontrar-se em situação pouco melhor do que o da população em idade ativa, apresenta-se, de modo geral, precário, com alta predominância de pessoas com baixo grau de instrução, não ultrapassando sequer o ensino de primeiro grau, com grande concentração dos indivíduos nas quatro primeiras séries. Esta é uma característica que não foge ao padrão brasileiro, apesar de os dados apresentados se encontrarem um pouco acima da média nacional, conforme já mencionado.

O fato de o mercado de trabalho estar privilegiando trabalhadores com mais escolaridade tem profundas implicações tanto para a população mais jovem quanto para os trabalhadores adultos. Para os primeiros, o abandono

precoce dos estudos virá influenciar, sem dúvida, sua vida profissional futura; para os últimos, em não se reciclando e não se adequando às novas exigências de escolarização e de qualificação profissional, além do provável desemprego, dificilmente conseguirão novas oportunidades de emprego no mercado formal, o qual oportuniza, em geral, certa estabilidade, salários fixos e benefícios sociais.

Desse modo, a questão central, no caso brasileiro, segundo Salm e Fogaça (1992, p.127),

“(...) não está na descoberta de novos conteúdos, nem num modelo especial de escola a ser implantado, mas na recuperação do sistema de educação geral de primeiro e segundo graus, de modo a elevar a qualidade do ensino oferecido, de forma a receber e reter toda a população em idade escolar, além de oferecer oportunidades de atualização, reciclagem e complementação de escolaridade para os adultos e jovens que abandonaram os estudos prematuramente”.

Sem investimento social, não há como garantir um ensino universal de boa qualidade. Os recursos destinados à educação foram, antes, mais mal gerenciados do que insuficientes, pois praticamente nada se investiu na qualidade do sistema público de ensino. Essa situação é particularmente grave, quando se considera que são as escolas públicas gratuitas que atendem a imensa maioria da população escolar, clientela composta, na maior parte, por crianças e jovens oriundos das famílias de baixo poder aquisitivo. Para reverter essa situação, há urgência em recuperar os cursos superiores de licenciatura — fator vital para a melhoria da qualidade do ensino de primeiro e de segundo grau —, bem como em valorizar a atuação do professor com salários mais dignos.

A educação básica geral de qualidade assume, portanto, real importância, no processo de modernização tecnológica, para o ingresso do trabalhador no mercado de trabalho, sobretudo no setor industrial, que necessita uma maior qualificação profissional.

Deve-se ter presente, no entanto, que, no paradigma atual de desenvolvimento econômico, o fato de deter uma maior escolaridade não garante a inserção do trabalhador no mercado de trabalho de forma relativamente regular. A transição em curso tem levado a um importante estreitamento do espaço ocupacional, ampliando-se consideravelmente a precarização das condições de trabalho, com a diminuição do emprego estável e o aumento

dos trabalhos precários.¹⁵ O incremento do desemprego estrutural já representa um grande desafio, pois a elevação do contingente do excedente de mão-de-obra tende a ampliar ainda mais o processo de exclusão e de concentração de renda.

Bibliografia

- ALVES, Edgard L. G., SOARES, Fábio V. (1996). **Ocupação e escolaridade: tendências recentes na Grande São Paulo**. Rio de Janeiro : IPEA. (mimeo).
- BALTAR, Paulo E. A., PRONI, Marcelo W. (1996). Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos A., MATTOSO, Jorge E., orgs. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo : Scritta. p.109-149.
- CENSO EDUCACIONAL DE 1994: Sinopse Estatística Educação Fundamental (1994). Brasília : Ministério da Educação e Desporto.
- CENSO EDUCACIONAL DE 1994: Sinopse Estatística, Educação Média (1994a). Brasília : Ministério da Educação e Desporto.
- COSTA, Marisa V. et al., org. (1995). **Escola básica na virada do século: cultura, política, currículo**. Porto Alegre : UFRGS/ FACED.
- DADOS educacionais do Rio Grande do Sul (1995). Porto Alegre : SE/RS; Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Básica.
- DE TONI, Míriam (1996). O desemprego entre crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Porto Alegre: ampliar oportunidades de trabalho ou resgatar a infância? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3.
- DE TONI, Míriam et al. (1993). O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2.

¹⁵ Em estudo realizado pelo IPEA, Rossi (FSP, 16.10.96) constata que "(...) as chances de um membro da PEA (População Economicamente Ativa) conseguir um emprego formal são hoje quase 10 pontos percentuais inferiores às de 10 anos atrás".

- FERREIRA, Sinésio P., COSTA, Olavo V. (1996). **Escolaridade e trabalho na Grande São Paulo: tendências recentes**. São Paulo : SEADE. (mimeo).
- FERRETI, Celso João (1993). Modernização tecnológica, qualificação profissional e sistema público de ensino. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.1, p.84-91.
- FOGAÇA, Azuete (1993). Educação básica, e competitividade. In. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, **Anais... ABEET**. (Relações de trabalho, educação e formação profissional, v.3). p. 343-365.
- FOLHA DE SÃO PAULO (16.10.96). São Paulo. p.2-4.
- FOLHA DE SÃO PAULO (21.7.96). São Paulo. p.1-16.
- FOLHA DE SÃO PAULO (6.2.95). São Paulo. p.6-3.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (1995). **Educação e a crise no capitalismo real**. São Paulo : Cortez.
- KRELING, Norma H., STERNBERG, Sheila S. W. (1993). **Considerações sobre a situação atual do ensino de primeiro grau no estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : Secretaria do Planejamento e Administração/ RS/ SUPLAN. (mimeo).
- KRELING, Norma H., STERNBERG, Sheila S. W. (1995). Desempenho do sistema educacional de primeiro grau no Rio Grande do Sul: uma pequena vantagem no preocupante quadro nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.4, p.309-321.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza, (1992). Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In. MACHADO, L. R. S. et al. **Trabalho e educação**. Campinas : PAPIRUS/ Cedes/ Ande/ ANPED. p.9-23.
- MONTAGNER, Paula (1996). **Região Metropolitana de São Paulo: características da evolução do mercado de trabalho na primeira metade dos anos 90**. São Paulo : SEADE. (mimeo).
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO; boletim (1994). São Paulo : SEADE/ DIEESE, n.12. (Educação formal e mercado de trabalho, estudo especial).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1995: Região Metropolitana de Porto Alegre (1996). Rio de Janeiro : IBGE.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO 1995: Rio Grande do Sul (1996). Rio de Janeiro : IBGE.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1995: Brasil (1997). Rio de Janeiro : IBGE.

SALM, Cláudio, FOGAÇA, Azuete (1992). Modernização industrial e a questão dos recursos humanos. **Revista Econômica e Sociedade**, Campinas : UNICAMP/ IE, n.1.

VERGARA, Dulce H., WILTGEN, Roberto S. (1996). Os diferenciais de salários entre o setor público e setor privado na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3, p.255-270.